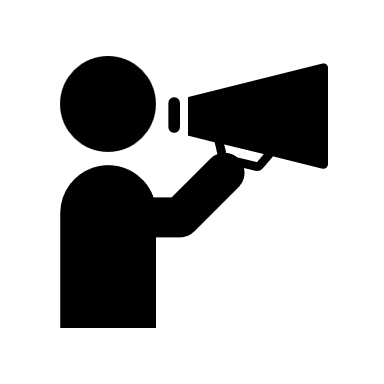
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

 **Orientações sobre o preenchimento:**

1. Todas as informações com escrita vermelha são orientações e/ou exemplos e devem ser excluídos da minuta ao final de sua elaboração.
2. Os itens não obrigatórios se não forem preenchidos deverão SEMPRE ser justificados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

# ****INTRODUÇÃO****

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da aquisição de (bem a ser adquirido) / contratação de (serviço a ser contratado), mensurar os riscos da contratação, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo.

**Fundamentação**: O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

# DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Detalhar aqui a necessidade que foi identificada e que originou a demanda de contratação. Quanto mais detalhes acerca da necessidade, melhor para a identificação dos requisitos da futura contratação.**

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Art. 6°, §1º, inciso I, da Portaria n.º 25/2023 e inciso I, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****

Descrever os requisitos necessários à contratação com vistas ao atendimento da necessidade especificada. Importante listar todos os requisitos que sejam essenciais, abstendo-se de relacionar requisitos desnecessários e especificações demasiadas, para não frustrar o caráter competitivo da futura licitação.

**OU**

Para a presente demanda/problema/desafio não há especificidades técnicas a serem observadas.

**Fundamentação:** descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (Art. 6°, §1º, inciso III, Portaria n.º 25/2023 e inciso III, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****LEVANTAMENTO DE MERCADO****

O levantamento de mercado resultou na identificação das seguintes soluções:

(Especificar quais alternativas são possíveis para a presente contratação).

**Fundamentação:** levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

1. ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
2. em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular. (Art. 6°, §1º, inciso V, Portaria n.º 25/2023 e inciso V, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**Fundamentação 2:** neste ponto, a intenção é identificar e avaliar as alternativas de contratação que o mercado oferece para que, mais adiante, haja uma justificativa técnica e econômica da razão de se ter optado por uma dessas possibilidades.

# ****DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO****

Após conclusão do estudo comparativo entre as soluções (levantamento de mercado), descrever aqui a solução que se mostrou mais vantajosa para a contratação.

A solução deve ser descrita como um todo, de forma detalhada, **com todas as especificações necessárias** para garantir a qualidade da contratação, cuidando-se para que não sejam admitidas, previstas ou incluídas condições impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto do contrato).

# **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Apresentar as memórias de cálculo **que justifiquem as quantidades** designadas para cada item da solução pretendida. **Essas quantidades devem ser estimadas** em função do consumo (perfil de consumo) e da provávelutilização, na forma disposta no inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/2021.

**Explicação:** deve-se informar a estimativa das quantidades a serem adquiridas em proporção ao consumo. Neste caso, a estimativa poderá ser obtida por meio de histórico anterior de consumo, sendo observadas outras condições atuais ou futuras que impactarão nesse número.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNID. DE MEDIDA** | **QUANT.** |
| **01** |  |  |  |
| **02** |  |  |  |
| **03** |  |  |  |
| **...** |  |  |  |

# ****ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO****

7.1. A presente contratação possui como valor estimado R$ XXX (por extenso). Descrever aqui como fora levantado a estimativa do valor da contratação (como por exemplo contratações similares, orçamentos com fornecedores, pesquisa em sites especializados, dentre outros)

Ressalta-se que a estimativa do valor da contratação trata-se do custo inicial da Câmara Municipal, havendo a necessidade da complementação pelo setor de Compras, de acordo com as disposições da IN EGES/ME N.º 65, de 7 de julho de 2021 e da Portaria n.º 25, de 05 de setembro de 2023.

**Fundamentação 1:** deve-se realizar uma pesquisa de estimativa do valor da contratação para verificação da existência ou não de adequação orçamentária. A estimativa preliminar do preço para a futura contratação é menos aprofundada, podendo ser realizada com base em contratações similares ou contratos anteriores do próprio órgão.

**Fundamentação 2:** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (Art. 6°, §1º, inciso VI, Portaria n.º 25/2023 e inciso VI, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO****

**Fundamentação 1:** o parcelamento da contratação é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Quando do parcelamento, cada parte, item, etapa ou parcela do objeto representa uma licitação/contratação isolada ou separada.

Definido o objeto que suprirá as necessidades da Administração Pública, deve o agente público verificar se é possível e economicamente viável contratá-lo em parcelas (itens, lotes, etapas ou procedimentos distintos) que melhor aproveitem as especificidades da contratação e os recursos disponíveis no mercado.

Impõe-se o parcelamento quando existir parcela do objeto de natureza específica que possa ser executada por fornecedores com especialidades próprias ou diversas. Essa decisão deve ser técnica e economicamente viável, garantir a economia de escala e se mostrar vantajosa para a Administração Pública, sem prejuízo para o conjunto ou complexo a ser contratado.

**Fundamentação 2:** justificativas para o parcelamento ou não da solução (Art. 6°, §1º, inciso VII, Portaria n.º 25/2023 e inciso VIII, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

|  |  |
| --- | --- |
| * 1. **Decisão pelo parcelamento ou não da aquisição** | |
| Após o registro e análise das informações coletadas, faz-se a análise do parcelamento ou não da aquisição, quando for mais vantajoso para a administração pública.  Conforme a Lei de Licitações e a Súmula 247 do TCU, é obrigatório realizar o parcelamento quando o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto de itens ou perda de economia de escala. É necessário avaliar se a solução é divisível ou não, levando-se em conta o mercado que a fornece. | |
| A solução será parcelada se as respostas às quatro questões abaixo forem positivas: | |
| É tecnicamente viável dividir a solução? | Sim/Não |
| É economicamente viável dividir a solução? | Sim/Não |
| Não há perda de escala ao dividir a solução? | Sim/Não |
| Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competição ao dividir a solução? | Sim/Não |
| Diante da necessidade e da vantagem para a administração pública no parcelamento da contratação, entende-se que o método mais eficiente para o parcelamento é a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (selecionar o método mais vantajoso abaixo):  • Realização de licitações distintas, uma para cada parcela.  • Realização de uma única licitação, com cada parcela sendo dividida em lote e/ou grupo de itens distinto.  • Realização de uma única licitação, com todo o objeto sendo adquirido de um licitante único. | |

# ****ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES****

|  |  |
| --- | --- |
| **9.1 Plano de Contratações Anual** | |
| Foi elaborado PAC? | Sim/Não |
| Caso a resposta seja **não**, apresentar neste campo a justificativa: (seguem sugestões de redação):  • A Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo ainda não possui obrigatoriedade de fazer o PAC.  • Despesa sem ocorrência nos anos anteriores.   * Necessidade sem possibilidade de ser programada. | |

**Fundamentação:** demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão ou entidade (Art. 6°, §1º, inciso II, Portaria n.º 25/2023).

# ****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS****

Com a presente contratação a Câmara espera cumprir/suprir (....).

**Fundamentação 1:** ao considerar que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, devem ser apontados os resultados pretendidos, de forma a cumprir com interesse público.

**Fundamentação 2:** demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (Art. 6°, §1º, inciso IX, Portaria n.º 25/2023 e inciso IX, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO****

|  |  |
| --- | --- |
| * 1. **Providências** | |
| É necessário algum serviço ou objeto para que a contratação atinja os efeitos esperados? | Sim/Não |
| Caso a resposta seja **sim**, listar abaixo as providências necessárias:  • Realização de capacitação dos servidores envolvidos na contratação.  • Designação de servidor com capacidade técnica específica. | |

**Fundamentação:** providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (Art. 6°, §1º, inciso X, Portaria n.º 25/2023 e inciso X, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES****

|  |  |
| --- | --- |
| * 1. **Contratações** | |
| É necessária alguma outra contratação/licitação para que esta contratação atinja os efeitos esperados? | Sim/Não |
| Caso a resposta seja **sim**, listar abaixo as providências necessárias:  • Realização de obras para receber o objeto.  • Necessário contratar serviços de manutenção e/ou serviço instalação. | |

**Fundamentação:** verificar e informar que ações deverão ser executadas pela Administração posteriormente, com vistas à correta execução contratual. (exemplos: Pequenas intervenções de engenharia, ajustes de sistemas) (Art. 6°, §1º, inciso XI, Portaria n.º 25/2023 e inciso XI, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****IMPACTOS AMBIENTAIS****

|  |  |
| --- | --- |
| * 1. **Providências** | |
| Há possíveis impactos ambientais com a realização da contratação? | Sim/Não |
| Caso a resposta seja **sim**, listar abaixo as providências necessárias a serem tomadas na intenção de mitigar possíveis impactos:  • Exigir descarte reverso por parte do fornecedor.  • Necessidade de licenciamento ambiental.  • Necessário comunicar à Secretaria de Meio Ambiente do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo para eventual atuação. | |

**Fundamentação:** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (Art. 6°, §1º, inciso XII, Portaria n.º 25/2023 e inciso XII, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO****

|  |  |
| --- | --- |
| * 1. **Declaração da viabilidade ou não da contratação** | |
| A partir de todas as informações levantadas durante o estudo técnico preliminar, o órgão ou entidade deve declarar se a contratação é viável ou não. Todas as etapas do estudo técnico preliminar têm o objetivo de oferecer insumos para que os responsáveis pelo planejamento da contratação possam avaliar a viabilidade da contratação, que é a última etapa do estudo técnico preliminar.  A lista de verificação abaixo oferece o resumo do atendimento da contratação a todos os requisitos elencados no estudo técnico preliminar. | |
| Lista de verificação para declaração da viabilidade ou não da contratação | |
| Item do estudo técnico preliminar: | Atende? |
| 1. A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada? | Sim/Não |
| 2. O alinhamento entre a contratação e o planejamento institucional do órgão ou entidade está demonstrado? | Sim/Não |
| 3. Os requisitos técnicos e a solução tecnológica como um todo foram adequadamente descritos e analisados? | Sim/Não |
| 4. A quantidade de itens está coerente com a demanda prevista? | Sim/Não |
| 5. O levantamento de mercado e a pesquisa de preços foram devidamente realizados? | Sim/Não |
| 6. A análise de cenário e escolha do tipo de solução foram devidamente justificadas? | Sim/Não |
| 7. O parcelamento da solução foi analisado e justificado, se for o caso? | Sim/Não |
| 8. As estimativas preliminares dos preços foram feitas, a partir dos preços pesquisados? | Sim/Não |
| 9. Há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente, bem como previsão de provimento de recursos no caso de contratação que se estenda por vários exercícios no caso de serviços contínuos? | Sim/Não |
| 10. Os riscos relevantes para a contratação foram levantados, incluindo-se ações para prevenção ou contingência? | Sim/Não |
| 11. As providências para readequação do órgão ou entidade foram estabelecidas? | Sim/Não |
| 12. Os resultados esperados com a contratação foram elencados? | Sim/Não |
| 13. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável e vantajosa para o órgão ou entidade? | Sim/Não |
| Em assim sendo, diante do exposto no presente estudo técnico preliminar, declara-se que a aquisição é viável, necessária e adequada a este órgão. Além disso, convém ressaltar que o mercado dispõe de um número razoável de fornecedores capazes de oferecer a solução. | |

**Fundamentação:** apresentar posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (Art. 6°, §1º, inciso XIII, Portaria n.º 25/2023 e inciso XII, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

# ****LOCAL DE ENTREGA****

**Endereço:** Sede da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo, situada na Rua Henriqueta Rubim, n.º 280 - Niterói - São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, CEP: 35.935-000.

# ****CONTATO****

**E-mail:**

**Responsável:**

São Gonçalo do Rio Abaixo, xx de xxxx de 202x.

Nome do Servidor responsável pelo ETP

Cargo do Servidor

Matrícula do Servidor